CORREIO BRAZILIENSE 13 AGO 1988 ANC P. 3

Ulysses quer manter "conquistas"

E garante a sindicalistas que Carta protegerá os trabalhadores

"No que depender de mim, nada mudará no texto da Constituição, aprovado no primeiro turno, no que diz respeito às conquistas dos trabalhadores", foi o que prometeu, ontem, o presidente da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães, que preside também os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, segundo relato do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros.

A opinião dos trabalhadores, segundo Medeiros — porta-voz dos sindicalistas — é de que o texto aprovado no primeiro turno da Constituinte "é positivo, porque faz acenos e gestos em favor dos trabalhadores". Os sindicalistas defenderam a retirada das anistias fiscal e aos microempresários sob argumento de que vivemos numa sociedade capitalista e, portanto, o risco faz parte do sistema. Ulysses concordou. Os sindicalistas defenderam, também, a eliminac-ao do artigo que concede estabilidade aos funcionários públicos após cinco anos de serviço.

HOMENAGEM

Luís Antônio Medeiros e mais quatro sindicalistas almoçaram, ontem, com o presidente Ulysses Guimarães, a convite deste, interessado em saber o que pensam os trabalhadores sobre a Constituinte. "Esta foi a primeira vez que sindicalistas almoçaram com um presidente da República, no Palácio do Planalto. Interpretamos esse gesto como uma homenagem aos trabalhadores", comentou Medeiros. Ele estava acompanhado pelos presidentes dos Sindicatos dos Eletricitários, Antônio Rogério Magri, e dos Empregados no Asseio e Conservação de São Paulo, Roberto Santana, além dos presidentes das Federações dos Metalúrgicos de Minas Gerais, Jorge Norman Netto, e do Estado de Santa Catarina, Amazonas Padilha.

Os sindicalistas defenderam a manutenção no texto final da Constituição do inciso 14 do artigo 7º do Capítulo dos Direitos Sociais, que estabelece jornada máxima de trabalho de seis horas para os empregados que trabalham em turno de revezamento. A defesa deste item foi feita pelo presidente da Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais, Jorge Norman, que discorreu sobre os sacrifícios destes trabalhadores, que em func-ao do revezamento n-ao conseguem ter uma vida regular, sequer em relação à atividade sexual. Além disto, argumentou Norman, por operarem com altos fornos estão sujeitos a um maior número de acidentes do trabalho.

Neste ponto Medeiros elogiou o dispositivo alegando que ele "é inteligente porque permite a negociação entre patrões e empregados para que o número de horas de trabalho possa ser alterado". Após concordar com a observação, Ulysses disse que é favorável à retirada da expressão "Máxima", pois isso ampliaria ainda mais as possibilidades de negociação. Outro ponto que tem a aprovação dos trabalhadores é o tratamento dado às greves pelo texto constitucional. Este é outro dispositivo que eles desejam manter inalterado no segundo turno de votação.

— Esse dispositivo prevê que os abusos serão punidos de acordo com a lei ordinária. Assim a sociedade passará a assumir mais suas responsabilidades. Hoje temos uma lei que impede a realização de qualquer greve. Mesmo assim estão em greve, hoje, os eletricitários de Tubarão e os funcionários da ECT de São Paulo, duas áreas consideradas essenciais. Então, pergunto: de que adianta aprovar uma lei que não poderá ser cumprida? — indagou Medeiros.

Quando o assunto mudou para o pacto social, a palavra passou para o presidente Ulysses Guimarães, que considerou de fundamental importância esse tripé: trabalhadores-empresários-Governo. Na sua opini-ao, o entendimento entre esses três segmentos tem que funcionar porque, sem negociação, a democracia não se sustenta.

Os sindicalistas saíram satisfeitos do almoço — servido no Salão dos Despachos, tendo como prato principal peixe, acompanhado de batatas cozidas e regado com vinho branco — e com a garantia do presidente Ulysses Guimarães de que nenhuma das conquistas dos trabalhadores será suprimida no segundo turno.

GIVALDO BARBOSA

Os sindicalistas disseram a Ulysses que são contra a anistia aos micrompresários

Só o voto definirá os direitos sociais

Os lideres dos partidos na Constituinte passaram o dia ontem examinando a possibilidade de acordos sobre os destaques referentes a um dos capítulos mais polêmicos do projeto da Constituição, o que trata dos direitos sociais e dos trabalhadores. Poucos entendimentos foram alcançados. Enfrentando o **lobby** sistemático de empresários e trabalhadores, os líderes decidiram jogar para o plenário a decisão sobre os pontos mais polêmicos. "Só estamos discutindo o óbvio", admitiu o deputado José Lins (PFL/CE). As matérias polêmicas serão mesmo disputadas no voto em plenário.

Entre os itens que o **Centrão** quer derrubar, e que não foram objeto de acordo, estão a jornada máxima de 06 horas diárias nos turnos de revezamento, a licença-paternidade de 08 dias, o prazo de 05 anos para prescrição das causas trabalhistas urbanas e imprescritibilidade para os trabalhadores rurais, 33% de abono de férias (1/3 do salário), aviso prévio proporcional e o direito de greve.

A votação do Capítulo 2 do Título II, que engloba estas matérias, está prevista somente para a próxima semana, quando deve esquentar a pressão dos lobistas no Congresso Nacional. Se o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães retornar hoje a tempo de comandar os trabalhos de plenário, as votações serão reiniciadas a partir do **caput** do Artigo 5º, que trata dos Direitos e Princípios Fundamentais.

A primeira emenda a ser votada é de autoria do senador Louremberg Nunes Rocha (PTB/MT), que pede a supressão da expressão "residentes" do texto do **caput**. Se rejeitada pelo plenário, permanece o texto aprovado no primeiro turno, que diz: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurada aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos da Lei".

A pressão para aprovação de conquistas trabalhistas no primeiro turno, ou sua supressão, começou a ser sentida a partir de ontem, quando chegaram ao Congresso comitivas representantes de trabalhadores, e influentes grupos de empresários de vários setores. O ponto alto destas manifestações, e até um possível confronto entre as duas categorias, pode acontecer a partir da quarta-feira próxima, quando se reúne na Constituinte a plenária nacional do movimento sindical, com líderes da CUT, CGT, USI e outras organizações trabalhistas.

O QG dos empresários foi instalado no gabinete do **Centrão**. Ontem já haviam chegado empresários ligados à indústria siderúrgica, os mais preocupados em suprimir o dispositivo que garante o turno máximo de 6 horas nos turnos de revezamento. Passeavam entre o gabinete do **Centrão** e o gabinete do líder do PMDB na Constituinte Nelson Jobim — onde estão se reunindo as lideranças — os empresários João Pessoa Ribeiro Fenelon (Belgo Mineira), Antônio Ratton (Mannesman), Peter Rosenfeldt (Grupo Gerdau) e ainda representantes da Usiminas.

Um dos pontos que mais emperraram as discussões dos líderes ontem foi, justamente, a supressão ou manutenção do turno de 6 horas. Sem chegar a uma posição consensual e na tentativa de um acordo, os líderes dos partidos chegaram a designar uma subcomissão para reexaminar o assunto e estudar propostas alternativas. Foram indicados para esta tarefa os deputados José Maria Alkimim (PSDB/SP), João Paulo (PT/MG), Antônio Brito (PMDB/RS), Jofran Frejat (PFL/DF), Luís Roberto Ponte (PMDB/RS) pelo **Centrão**.

Um dos principais interlocutores do grupo e autor da emenda aprovada no 1º turno fixando o turno de 06 horas, o deputado João Paulo, já adiantou entretanto que nenhum acordo será possível. Existe uma proposta feita pelo **Centrão** de substituir as 06 horas diárias por 40 horas semanais para os trabalhadores de turnos de revezamento. Mas ao que parece já nasceu morta, uma vez que os próprios empresários não admitem sequer discuti-la.

— Esta alternativa do **Centrão** é pura cascata — critica João Paulo, revelando que fora procurado pela manh-a pelos empresários Peter Rosenfeldt e Antônio Ratton, quando deixaram clara a indisposição de aceitar outra saída que não seja a supressão pura e simples do artigo. "Não haverá acordo. As 06 horas vão pro pau", prevê João Paulo. Hoje às 09 horas a subcomissão se reúne para uma última tentativa de negociação.

Almirante vê imperfeições

Salvador — O ministro da Marinha, almirante-de-esquadra Henrique Sabóya, manifestou ontem, em Salvador, a convicção de que a nova Constituição deverá atender aos interesses de toda a sociedade brasileira, desde que alguns pontos, que considera imperfeitos, sejam modificados na votação do segundo turno.

Ele espera que, nesta última fase da Constituinte, seja feita uma avaliação dos custos das vantagens sociais concedidas no primeiro turno, com a identificação das fontes de recursos, a fim de evitar problemas futuros.

— Não acredito que a Constituição seja aprovada como está. Muitos pontos serão alterados, porque, mesmo tendo sido incluídos com a melhor das intenções, poderão criar sérias dificuldades econômicas ao País — disse.

Sabóya criticou especificamente o artigo 23 das Disposições Transitórias, que recria uma série de privilégios aos funcionários públicos civis e militares aposentados ou que tenham pedido transferência para a reserva. De acordo com o projeto aprovado no primeiro turno, esses funcionários gozarão de todos os benefícios da lei em vigor na época de sua admissão, o que incluem até promoções.

Para o Ministro, não se justifica a volta de privilégios que foram cortados ao longo do tempo por serem considerados inadequados, e a sua recriação só trará prejuízos à sociedade como um todo.

Outro item criticado por ele foi o que estabelece que a prisão de qualquer cidadão só poderá ocorrer em flagrante delito ou por ordem de autoridades judiciárias, quando todas as outras constituições brasileiras rezavam apenas que a prisão, quando não ocorresse em flagrante, seria feita por "autoridade competente".

O ministro da Marinha veio à Bahia para uma visita às unidades do II Distrito Naval, com o objetivo de conhecer de perto os problemas da área, gerados, conforme frisou, principalmente pelas contenções orçamentárias a que se vem submetendo o ministério.

Na sua opinião, o Brasil gasta muito pouco com as suas Forças Armadas — o equivalente a 0,7 por cento do Produto Interno Bruto — e, por isso, as contenções de despesas são permanentes. No caso da Marinha, que para este ano conta com um orçamento de Cz$ 81 bilhões, comentou que os recursos não são suficientes para que o ministério cumpra de maneira plena com a sua responsabilidade básica, que é a de preservar os interesses da Nação no mar.

Acordo continua sendo tentado

ESTABILIDADE — Sem um acordo fechado, os líderes levarão a voto três emendas dos deputados Luiz Inácio Lula da Silva (PT/SP), Augusto Carvalho (PCB/DF) e Amaury Muller (PDT/RS), que resgatam o princípio da estabilidade. A emenda Lula pede a supressão da expressão "nos termos de lei complementar que preverá a indenização compensatória", ficando garantida a "relação do emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa". As emendas Augusto Carvalho e Amaury Muller têm o mesmo objetivo.

SEGURO DESEMPREGO — Não há acordo. A matéria voltará a ser discutida pelos líderes antes de ir a voto em plenário.

PISO SALARIAL — O piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho gerou muita discussão entre os líderes e não foi posssível o acordo. O **Centrão** defende a supressão da expressão "proporcional". Deverão ir a voto emendas dos deputados Antônio Carlos Franco (PMDB) e Anibal Barcellos (PFL), pedindo a supress-ao do dispositivo que trata do assunto.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS — Sem acordo. Devem ser votadas emendas dos deputados Lysâneas Maciel (PDT), pedindo a supressão da express-ao "excepcionalmente", do texto que diz: "a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, na gestão da empresa, conforme a lei". Emenda do deputado Geovani Borges (PFL) pede a supressão da expressão "desvinculada da remuneração".

JORNADA DE TRABALHO — A tendência é fechar um acordo pela manutenção do texto aprovado em 1º turno que fixa a jornada semanal de trabalho em quarenta e quatro horas. Mas poderão ir a voto emendas dos deputados Brandão Monteiro (PDT) e Edmilson Valentin (PC do B), que se aproveitando de uma brecha na redação, sugerem espertamente a supressão da expressão "e quatro". Se o artifício der certo, e a emenda vier a ser aprovada, fica definida a jornada de 40 horas semanais.

TURNO ININTERRUPTO DE 06 HORAS — Esta matéria, por ter se revelado a mais polêmica, ainda está pendente. A saída pode ser apresentada por uma comissão de constituintes designados para analisar o assunto. Existem duas alternativas: a supressão da expressão "máximo", ficando apenas "jornada de 06 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento...", ou a substituição das 06 horas diárias por 40 horas semanais. Os líderes entendem, entretanto, que o acordo será muito difícil por causa da pressão dos empresários ligados ao setor. Os trabalhadores também fazem seu **lobby**. Deve ir a voto.

HORA EXTRA EM 50% — O desejo da maioria dos líderes é a manutenção do texto aprovado em 1º Turno, que garante o pagamento de, no mínimo, 50%, a mais da hora normal pelas horas extras. Mas há resistências. Vai a voto.

ABONO DE 1/3 NAS FÉRIAS — Também não tem acordo para ser votado. O **Centrão** defende a supressão do percentual de 1/3 — 33% do salário nominal — que seriam pagos aos trabalhadores no período de férias, além do salário normal.. As esquerdas querem manter o texto aprovado no 1º Turno. Vai a voto no plenário.

LICENÇA GESTANTE DE 120 DIAS — Uma das poucas matérias deste capítulo que reuniu consenso. Existe acordo para a manutenção do texto do 1º Turno, garantindo a licença maternidade de 120 dias.

LICENÇA PATERNIDADE — Os empresários pressionam pela supressão do dispositivo que prevê a licença paternidade de 8 dias. Mas a tendência dos líderes é defender a aprovação de emenda do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB/RS), sugerindo a supressão do prazo de 8 dias. Assim fica garantido no texto constitucional apenas o princípio da licença paternidade. O prazo seria definido por lei.

AVISO PRÉVIO — Está pendente o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. Até agora não existe acordo, mas o assunto voltará a ser discutido.

PRESCRIÇÃO DAS CAUSAS TRABALHISTAS — Este é outro assunto polêmico. A fixação dos 5 anos para que os trabalhadores urbanos reclamem seus direitos na justiça reúne consenso. Mas o **Centrão** insiste em derrubar a imprescritibilidade das causas trabalhistas no campo. Volta a ser discutido.

JULIO ALCANTARA

Apenas 273 constituintes registraram suas presenças

Sem quorum, nada é votado

— De nada adiantaram as tentativas de diversos constituintes de prolongar a verificação de presença para que fosse atingido o quorum de 280 parlamentares necessário para a continuação da votação do projeto em segundo turno. Às 15h30m, exatamente 15 minutos após o início da contagem dos presentes através do painel, o presidente interino da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), encerrou a verificação de número. Haviam registrado seus códigos 273 constituintes e outros acabavam de entrar no plenário. Sem atender aos apelos do deputado Paulo Delgado (PT-MG) para que esperasse os retardatários, Benevides suspendeu os trabalhos, "lastimando" a falta de quorum e convocando nova sessão para hoje às 13h30m.

O emperramento das votações em segundo turno foi o assunto predileto dos constituintes que falaram no longo **pinga-fogo** de quase duas horas. Um dos mais assíduos em plenário, o deputado Adylson Motta (PDS-RS), chegou a sugerir à Mesa que não fossem mais, convocadas sessões esta semana para "resguardar a imagem da Constituinte".

O deputado Amaney Muller (PDT-RS) observou que manter a prática de realizar votações unicamente na presença do deputado Ulysses Guimarães é "admitir que os outros membros da Mesa são incapazes e ineficientes". Muller aproveitou para falar sobre a crise econômica.

Ao comentar o empobrecimento geral da população, o deputado Arnaldo Farias de Sá (PTB-SP) foi o mais original. Farias de Sá leu um longo e variado cardápio para uma semana inteira, com café da manhã, almoço, lanche e jantar. Ao terminar a leitura, satisfez a curiosidade dos constituintes que ouviam pacientemente a listagem gastronômica: aquele era o cardápio servido aos presos de São Paulo.

— Enquanto presos têm possibilidade de comer quatro refeições por dia, há muitos brasileiros morrendo de fome. Este é o resultado da total inversão de valores que estamos vivendo — concluiu Arnaldo Farias de Sá.

Câmara não apóia o artista negro

Negros do Brasil, uni-vos. Para colocar em prática a palavra de ordem nada melhor que uma exposição de arte negra feita no País. E como cultura é coisa de berço, melhor ainda é procurar as raízes da raça através de um intercâmbio Brasil/África. Foi o que começou a ser feito ontem, no salão Negro do Congresso Nacional, quando 13 artistas especializados em retratar a negritude brasileira começaram a mostrar seus trabalhos, numa turnê que pretende atingir todos os Estados. Em Brasília ficará até dia 10.

Ao ato cultural não faltou uma pitada de crítica à política tupiniquim, nem mesmo à atuação dos próprios negros que, sendo metade da população, têm representação quase nula na Constituinte. Esse talvez tenha sido um dos fatores que levou a direção da Câmara a praticamente ignorar o evento. Apesar da presença de embaixadores africanos e diversos representantes de embaixadas — ao todo foram 13 os países homenageados — os organizadores da exposição n-ao conseguiram nem mesmo painéis para pendurar os quadros.

Os poucos conseguidos foram emprestados pelos Ministérios da Aeronáutica e Exército e, pela Fundação Cultural, que ajudou graças à interferência do MinC. "Por incrível que pareça os militares foram mais democráticos e gentis que o pessoal da Câmara", disse o artista plástico José da Paixão Silva. Para ele a importância maior da amostra é a possibilidade de se provar que o negro existe também na área criativa do País.

Um dos organizadores da exposição, Rudinel Brito Borges, ressalta que a intenção da exposição é a reintegração dos negros do Brasil à sua cultura. Em seu discurso de abertura ele afirma que chegará um dia em que as missões diplomáticas africanas "encontrarão seus irmãos no lugar certo" e, ainda, "n-ao na cozinha ou em subempregos", mas atuando em todos os cantos do Brasil.